

Gays saem derrotados

Graciela Urquiza Mendes
Da equipe do **Correio**

A comunidade homossexual chora em Durban, na África do Sul. É o grupo que deixará a Conferência da ONU sobre o racismo, prevista para terminar hoje, sem nenhuma vitória. Não bastasse a discriminação moral de que são vítimas, os gays também sentiram na pele a intolerância religiosa do islamismo. Foi o Irã, coordenador do grupo que discute o tema, quem tirou do documento final da cúpula o parágrafo que considerava a orientação sexual um direito humano fundamental.

O delegado brasileiro no grupo, ministro Tadeu Valadares, chegou a "bater boca" calorosamente com o representante iraniano, na tentativa de incluir o trecho referente aos direitos dos gays. Mas os países árabes — capitaneados pelo Irã — foram irredutíveis. "O tema não teve sustentação. Mas não se deve desanimar. Só o debate ter ocorrido já é positivo. A caminhada é longa", disse o ministro ao **Correio**.

Valadares lembrou que até mesmo os indígenas — grupo menos ruidoso e tradicionalmente sem poder — não deixam Durban no prejuízo. Eles mantiveram as conquistas das duas últimas conferências preparatórias sobre o tema, no Chile e em Genebra (Suíça).

Pela manhã, a vice-governadora do Rio, Benedita da Silva, chegou a dar entrevistas comemorando o que, para ela, era um grande passo pelo direito de gays e lésbicas. "Que absurdo!", reagiu, à noite, Benedita. "Não tem sentido, quando estamos aqui justamente para falar de intolerância deixar um segmento de fora". Mas a vice-governadora, que é evangélica, considerou um avanço a posição brasileira defendida por Valadares.

Homossexualismo é considerado crime pelos islâmicos. No Egito, em julho, 52 gays que se divertiam numa festa em um iate foram presos e estão sendo julgados por prática imoral. Podem ser encarcerados por cinco anos. No Brasil, o homossexualismo foi descriminalizado, mas os gays não têm todos os direitos dos heterossexuais (ver quadro abaixo).

■ COLABOROU LUIS TURIBA, DE DURBAN



EM JUNHO, A QUINTA PARADA ORGULHO GAY REUNIU MILHARES DE PESSOAS NA AVENIDA PAULISTA, EM SÃO PAULO, PARA DEFENDER DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS

ENTREVISTA / JANAÍNA DUTRA

Primeiro travesti advogado

Luiz Alberto Osório
Da equipe do **Correio**

*Ela tem 40 anos e é advogada. Nascida em um dos estados mais conservadores do país, o Ceará, Janaína Dutra é o único travesti brasileiro com registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em entrevista ao **Correio**, Janaína disse que o problema dos travestis está em que a sociedade não dá uma oportunidade para mostrar o que eles podem fazer. Como vice-presidente do Grupo de Resistência Asa Branca (Grab), que representa os direitos*

dos travestis do Ceará, ela defende um sistema de cotas, como o proposto para os negros, para garantir um espaço no mercado de trabalho. "Seria bom podermos ter um travesti trabalhando na Varig ou na IBM".

CORREIO BRAZILIENSE — Qual a principal reivindicação dos travestis?

JANAÍNA DUTRA — Queremos o fim da marginalização. A discriminação começa na adolescência. Temos de ter políticas públicas que obriguem as escolas a ensinar que existe a diversidade. Minha sobrinha, quando tinha 5 anos, voltou da escola e insistiu que eu a levasse no dia seguinte. Fui, ela chamou a professora e disse: "Viu só, meu tio tem peitos e cabelos compridos". Só entendi o que

estava acontecendo mais tarde. A professora havia pedido para desenhar e dar o nome a cada membro da família, e ela me desenhrou como mulher. A professora deu nota 8 para ela. Depois que eu fui lá, ela trocou a nota e deu 10. Não dá para esconder que existimos na sociedade.

CORREIO — A senhora é favorável à política de cotas que garantam parte do mercado de trabalho aos travestis?

JANAÍNA — É imprescindível. Um homossexual ou uma lésbica não tem problemas para arranjar emprego. Um travesti pode passar em todas as provas, mas na hora da entrevista é automaticamente eliminado. Seria bom se isso acontecesse, ver um travesti trabalhando na Varig ou na IBM.

CORREIO — Sua instituição está realizando algum trabalho nesse sentido?

JANAÍNA — Temos vários projetos em andamento. Todos eles para resgatar a cidadania dessas pessoas que na maioria das vezes têm de se prostituir. Um dos mais importantes é o que tenta inserir o travesti no mercado de trabalho. Criamos uma oficina de informática para que não só os travestis, mas também portadores do HIV (vírus da Aids) e seus familiares, possam se profissionalizar. São cursos voltados à necessidade do mercado e já estamos atendendo 44 pessoas, dessas 34 são travestis. Temos de dar oportunidade a elas que foram obrigadas a deixar os estudos por serem diferentes dos colegas de aula.